II Seminário de Pesquisa, Extensão, Inovação e Cultura do Território do Sisal

Cadernos Macambira
V. 4, Nº 1, 2019. ISSN 2525-6580. Página ***68*** *de* ***125***
Anais do II Seminário do Sisal: Seminário de Pesquisa, Extensão, Inovação e Cultura do Território do Sisal.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

RESUMO EXPANDIDO

POSSIBILIDADES DE RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO

Geronildo Ramos Pereira[1], Ana Nery Oliveira Brito[2]

[1] Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/ XI), Pós- Graduando em Educação do Campo peloInstituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano- *Campus* Serrinha), Poeta Cordelista, Membro do Grupo de Pesquisa (EPODS/UNEB), e-mail: nildo_ramos_@hotmail.com; [2]Graduação e Mestrado em História na Universidade Estadual de Feira de Santana(UEFS), Pós- Graduanda em Educação do Campo pelo Insitituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano – *Campus* Serrinha), e-mail: neinhacoite@hotmail.com.

Palavras-chave: Estado; Movimentos Sociais; Educação do Campo;

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva discutir possibilidades de relação existentes entre o Estado, os Movimentos Sociais e a Educação do Campo no cenário contemporâneo, uma vez que se presencia uma falta de diálogo entre estes espaços, que consequentemente os distancia para a realização de um projeto de educação mais consistente, que considere os sujeitos do Campo, suas experiências, saberes. É importante dizer que, este estudo surge, a aprtir da disciplina de Movimentos Sociais, no curso de Educação do Campo, IF Baiano, Serrinha, e daí a necessidade de um aprofundamento acerca da temática em questão.

A Educação do Campo, construída num espaço de lutas dos movimentos sociais e sindicais, está voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente e da cultura do campo, desenvolvendo ações coletivas com a comunidade numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

Os movimentos Sociais surgem a partir da luta dos trabalhadores do campo, que tem como meta principal, a construção de educação que considere a sua realidade, seu cotidiano, valorizando os diferentes grupos identitários e a sua produção da existência, que pressiona o Estado a cumprir seu dever. O Estado por sua vez, neste contexto, aparece de forma tímida e superficial, abrindo poucos espaços para diálogo com esses movimentos organizados, pelo fato de se tratar de um assunto que não o interessa, porém, quando dialoga, objetiva desenvolver uma educação do campo do seu interesse, não contextualizada a realidade deste espaço, impondo suas metas de maneira vertical.

É necessário se pensar numa relação harmoniosa entre tais segmentos, de diálogo aberto, e de extrema relevância, pois, fazer Educação do Campo não é tarefa fácil, sendo preciso o comprometimento tanto dos movimentos Sociais quando do Estado, num processo de escuta e de busca de ações concretas cabíveis.

MATERIAL E MÉTODOS

Cadernos Macambira
V. 4, Nº 1, 2019. ISSN 2525-6580. Página ***69*** *de* ***125***
Anais do II Seminário do Sisal: Seminário de Pesquisa, Extensão, Inovação e Cultura do Território do Sisal.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

A elaboração desta escrita foi desenvolvida por intermédio do método qualitativo, em que a partir de leituras e análises bibliográficas, nos debruçamos em artigos científicos, teses, decretos e livros que abordam sobre o tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A negação de políticas públicas para as populações do campo é histórica e está associada a um quadro de exclusão amplo não restrito apenas à educação, pois a sociedade brasileira tem fortalecido uma concepção de campo como espaço de atraso, de falta de conhecimento. O que vemos é a ausência de políticas públicas que garantam o desenvolvimento do campo, sendo preciso, urgentemente destas, para romper com o processo de discriminação do campo, fortalecendo a identidade cultural do campo.

Conforme MEC/SECAD (2005), sobre essa questão, evidenciamos que " Constata-se, portanto, que não houve, historicamente empenho do Poder Público para implantar um sistema educacional adequado às necessidades das populações do campo. **O Estado brasileiro omitiu-se**: (1) na formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas para as escolas do campo; (2) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola com qualidade; (3) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente no campo". (MEC, SECAD, 2005).

Nessa perspectiva, constata-se que as políticas voltadas especificamente para a educação do campo, não vêm atendendo aos interesses de seus destinatários e nem cumprindo com a sua função social educativa de socializar o conhecimento acumulado pela humanidade, destacando o papel do Estado como principal responsável na garantia do direito a educação.

Em virtude dessa ausência, em não atender as demandas dos sujeitos do campo, sofridos pelas negações, neste contexto, têm surgido iniciativas da própria população, através de suas organizações e movimentos sociais, no sentido de reagir ao processo de exclusão, forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, e tentar construir uma identidade própria das escolas do campo, que compreenda a educação enquanto formação, sobretudo humana, como descreve a autora Caldart (2004, p. 19-20), ao dizer que "O movimento inicial da Educação do Campo foi o de uma articulação política de organizações e entidades para denúncia e luta por políticas públicas de educação no e do campo".

Vemos nesse sentido que, ao mesmo tempo tem sido um movimento de reflexão pedagógica das experiências de resistência camponesa, construídas pelos movimentos sociais populares organizados, os quais se debruçaram/debruçam na luta incessante, na tentativa de garantir espaços e direitos, visando afirmar sua identidade e autonomia.

Freire (2011, p. 31), afirma que é dever tanto do espaço escolar como do educador, atentar para a necessidade de respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das camadas populares, chegam até a ela, os saberes socialmente construídos pela prática comunitária, discutindo com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

> *É necessário discutir realidades concretas dentro do contexto dos educandos, pois, aproveitando os conhecimentos destes, entenderemos que os descuidos por parte do poder público, para reflexões ou mesmos*

Cadernos Macambira
V. 4, Nº 1, 2019. ISSN 2525-6580. Página ***70*** *de* ***125***
Anais do II Seminário do Sisal: Seminário de Pesquisa, Extensão, Inovação e Cultura do Território do Sisal.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

> *resoluções, muitas das vezes tornam-se tímidos. Os segmentos sociais e as classes minoritárias agem por intermédio de sua racionalidade, e ampliam sua criticidade, edificando e reconstruindo saberes aprimorados, no saber da comunidade, que são inventados, ressignificados na busca inquieta, que os seres humanos fazem do mundo, com o mundo e com os outros.*

CONCLUSÕES

Diante das reflexões estabelecidas, se formos pensar em traçar ou implementar a educação no/do campo em nosso país, todos os envolvidos terão que ter consciência em que consiste a Educação do Campo, ou seja, os movimentos sociais terão sim que se fazer presente, a fim de dialogar com a esfera pública de governo porque será somente a partir dessas ações, com a participação dos que realmente conhecem a especificidade do campo, é que haverá uma construção coletiva, coerente e condizente com a realidade campesina, e mesmo que a Educação do campo esteja em processo de constituição histórica, afirma-se como luta social pelo direito à cidadania.

REFERÊNCIAS

CALDART, R.S Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – 2 ed. – Brasília; MEC, SECAD, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.